



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA



FELIPE SERAFIM SANTOS

**PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE: DESAFIOS E LIMITES
LEGAIS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA**

GOIÂNIA-GO

2025

FELIPE SERAFIM SANTOS

**PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE: DESAFIOS E LIMITES
LEGAIS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA**

Artigo Científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof.^a Esp.^a Luana Vespucci Silva Santos.

GOIÂNIA-GO

2025

PREVENÇÃO E REPRESSÃO À CRIMINALIDADE: DESAFIOS E LIMITES LEGAIS NO CONTEXTO DA SEGURANÇA PÚBLICA BRASILEIRA

CRIME PREVENTION AND REPRESSION: LEGAL CHALLENGES AND LIMITS IN THE CONTEXT OF BRAZILIAN PUBLIC SECURITY

Felipe Serafim Santos¹
Luana Vespucci Silva Santos²

Resumo

A segurança pública é considerada uma preocupação frequente das autoridades e sua eficácia requer uma ampla abordagem. Diante disso, a realização desta pesquisa tem como finalidade abranger os principais desafios e limites relacionados às ações que envolvem tanto a prevenção quanto a repressão à criminalidade pelas forças policiais. Busca-se identificar as limitações que abrangem diretamente a segurança pública e as principais influências para a atividade dos profissionais que atuam nesta área. Diante disso, o objetivo geral é identificar a eficácia das políticas públicas de segurança pública no enfrentamento à criminalidade, considerando os limites legais e institucionais que orientam estas práticas. A metodologia se volta a um estudo de caso onde ficou evidente através de uma análise das perspectivas dos policiais militares da ativa no estado de Goiás como os limites legais podem impactar no trabalho policial. Além disso, ficou evidente a importância de que novas e eficazes estratégias possam contribuir na superação destes limites e de desafios que venham a surgir no âmbito da segurança pública na atualidade.

Palavras-chave: Criminalidade; Goiás; Polícia Militar; Segurança Pública.

Abstract

Public safety is a frequent concern for authorities, and its effectiveness requires a broad approach. Therefore, this research aims to address the main challenges and limitations related to actions involving both crime prevention and repression by police forces. The aim is to identify the limitations that directly impact public safety and the main influences on the work of professionals working in this area. Therefore, the overall objective is to identify the effectiveness of public safety policies in combating crime, considering the legal and institutional constraints that guide these practices. The methodology focuses on a case study that demonstrated, through an analysis of the perspectives of active-duty military police officers in the state of Goiás, how legal constraints can impact police work. Furthermore, it became clear how important new and effective strategies can contribute to overcoming these limitations and the challenges that may arise in the current public safety environment.

Keywords: Crime; Goiás; Military Police; Public Safety.

¹ Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma/2025, Programa de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão em Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, e-mail: felipeserafim141@gmail.com. Telefone: (61) 992240977.

² Orientadora. Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em xxxxxxxx e Especialista em Email: xxxxxxx@gmail.com. Telefone: (62)99999-9999.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública integra um cenário onde se desenvolvem diferentes debates direcionados a relação entre a sociedade, governo e as políticas públicas implementadas. Os índices que contextualizam a prática de diferentes crimes ainda são considerados altos em diferentes locais do país e isto coloca em discussão a eficácia dos instrumentos para remediar a prática de crimes adotados na atualidade. Neste cenário, as políticas adotadas no contexto público são apontadas como o meio pelo qual as estratégias de segurança são desenvolvidas mediante as demandas relacionadas à proteção da sociedade (SILVARES, 2019).

Embora estas políticas visem atender as demandas sociais, é fundamental que sejam elaboradas e implementadas mediante a constatação dos limites presentes no ordenamento jurídico nacional. A efetividade das condutas no cenário da segurança pública encontra-se relacionada à necessidade de que intervenções repressivas e preventivas possam ser moldadas dentro da legalidade e da preservação dos direitos fundamentais. Para tanto, deve-se promover uma relação cooperativa entre a comunidade e as polícia visando promover uma maior sensação de tranquilidade, de segurança, harmonia e paz.

Segundo Pordeus, Santos e Fernandes (2023), a qualidade na atuação das forças policiais encontra-se entrelaçada com as demandas referentes ao bem-estar social. Desta forma, abordar esta temática é indispensável para que a segurança pública possa atender as diferentes demandas da sociedade em conformidade com os pressupostos legais. É fundamental que se possa discutir medidas contextualizadas nas políticas públicas existente e seu impacto diante dos índices atuais referentes à prática de crimes.

Diante das circunstâncias nas quais a criminalidade se origina na sociedade, Silvares (2019) ressalta a necessidade de considerar o papel das estratégias preventivas, de repressão e os limites legais existentes e que interferem no trabalho das cooperações policiais. Logo, promover uma discussão acerca deste tema contribui para que seja viável prevenir possíveis abusos e excessos assim como a necessidade de proteger a legitimidade dos profissionais diante das amplas críticas sobre as condutas dos profissionais da ativa na segurança pública e a possibilidade de excessos em suas ações.

Para Costa (2023), proporcionar uma segurança pública eficiente é o principal objetivo das políticas públicas que são delineadas neste contexto. Busca-se por intermédio de diferentes estratégias assegurar que a sociedade possa usufruir de uma segurança efetiva que se traduza em qualidade de vida e bem-estar. Diante disso, a problemática que envolve a construção desta pesquisa se fundamenta pela seguinte questão: De que maneira é possível proporcionar uma

segurança pública efetiva que leve em consideração os limites legais presentes no ordenamento jurídico nacional?

Partindo deste questionamento, esta pesquisa tem por objetivo geral identificar a eficácia das políticas públicas de segurança no enfrentamento à criminalidade, considerando os limites legais e institucionais que orientam estas práticas. Os objetivos específicos são: evidenciar o trabalho das forças de segurança pública na repressão e prevenção da criminalidade; identificar os principais limites legais que permeiam a atuação da polícia nos dias atuais; ressaltar as estratégias que podem contribuir para que a segurança pública possa alcançar uma maior eficácia diante da legalidade e do respeito aos direitos fundamentais da população.

A metodologia utilizada se trata de uma pesquisa de campo onde se buscou entender o entendimento de policiais militares atuantes no estado de Goiás. Foram aplicados questionários compostos por questões fechadas relacionadas ao tema trabalhado. Os resultados foram analisados sob a perspectiva quantitativa. A estrutura da pesquisa está composta pela introdução, revisão teórica onde foram contemplados os limites legais e estruturais para a atuação das forças policiais assim como as estratégias implementadas com a finalidade de superar estes limites. Posteriormente encontra-se a metodologias, resultados e discussão e por fim, as considerações finais.

2 REVISÃO TEÓRICA

2.1 ATUAÇÃO DAS POLÍCIAS

O cenário policial é composto por profissionais que possuem importantes atribuições na promoção do bem-estar social. Sua missão é ressaltada pela Carta Magna de 1988 e se revela na importância de assegurar que a ordem pública possa ser preservada. Desta forma, cabe às instituições garantir que a integridade do patrimônio assim como da comunidade sejam prioridade dentro das políticas existentes. Cada órgão exerce uma atividade específica que se encontra prevista na Carta Magna e a atuação integrada deve ocorrer em virtude da importância de alcançar o bem comum (BRASIL, 1988)

Sobre as condutas dos profissionais que atuam na Polícia Militar, a Constituição Federal da República ressalta que a sua função está na realização do policiamento ostensivo assim como na manutenção da ordem pública. Dentro dos dispositivos legais, o artigo 144, § 5º, determina que a Polícia Militar possui ainda a atribuição de força auxiliar do Exército. Logo, o

trabalho policial se manifesta por meio da atividade ostensiva na repressão e prevenção da prática de crimes de maneira que assim se estabeleça a ordem social (BRASIL, 1988).

A proximidade da realidade em que atuam no enfrentamento à criminalidade proporciona a percepção de que os policiais militares se encontram na linha de frente. Neste contexto, este órgão de segurança pública encontra-se subordinado diretamente ao governador de cada estado. Sua disciplina e hierarquia seguem a natureza jurídica militar independente da vinculação administrativa. Nesta mesma perspectiva, os princípios da atuação da Polícia Militar no Estado de Goiás se baseiam em um comando vertical pautado na rigidez da organização e na importância de cumprimento estrito das funções constitucionais (NASCIMENTO; SILVA, 2025).

Ainda segundo Nascimento e Silva (2025), no âmbito da Polícia Civil, os profissionais atuam em conformidade com o governo do estado em funções judiciárias que prezam pelo processo de apuração de crimes e infrações. Neste caso, a exceção se aplica à crimes de natureza militar onde a apuração dos fatos é de competência da Justiça Militar. As funções deste órgão de segurança pública encontram-se dirigidas por delegados de polícia de carreira. A Polícia Civil é apontada pela Constituição Federal como órgão em que suas atribuições se baseiam na investigação de delitos e demais ações que contribuem para a atuação do Poder Judiciário além do Ministério Público. São funções que se encontram relacionadas à persecução penal e devido a isto devem ocorrerem em consonância com a legalidade e o respeito aos direitos fundamentais. Infere-se ainda nesta perspectiva, a impessoalidade e eficiência.

A Polícia Federal é descrita pela Constituição Federal de 1988 como um órgão permanente e organizado. Encontra-se subordinada diretamente à União e suas funções se direcionam à ações estratégicas que promovam a ordem pública além de preservar os interesses da federação. Para tanto, os policiais federais, realizam a apuração de infrações penais que coloquem em risco a ordem política e social. Da mesma forma, estes profissionais atuam na resolução de conflitos que sejam de interesses da União, de empresas públicas ou autarquias. Outra importante atribuição está na abordagem de delitos que possuam repercussão que ultrapassem os limites de divisa dos estados ou da fronteira do país (ROMÃO, 2018).

Tendo em vista as diferentes atribuições de cada uma das principais forças de segurança, percebe-se a importância que cada órgão representa na prevenção e repressão à criminalidade. Na Polícia Militar do Estado de Goiás, o trabalho ostensivo se destaca pela atuação mais incisiva de forças policiais especializadas. São diferentes estratégias que visam abranger áreas específicas de atuação e garantir de maneira geral, a ordem social sob perspectivas distintas.

Observa-se, portanto, que a Constituição Federal é incisiva em apontar as atribuições de cada órgão e apesar disso, o trabalho integrado deve ser adotado como uma importante estratégia. Na Polícia Militar do Estado de Goiás assim como em outras corporações encontram-se os princípios da hierarquia, da eficiência e da legalidade nas ações.

2.2 LIMITES LEGAIS E ESTRUTURAIS PARA ATUAÇÃO DAS FORÇAS DE SEGURANÇA PÚBLICA

Embora as forças policiais exerçam um importante papel para a promoção da ordem pública, suas ações são impactadas por diferentes limitações. No âmbito estrutural, existem obstáculos operacionais que envolvem o déficit de efetivo, recursos tecnológicos limitados e infraestrutura que dificultam uma atuação efetiva. Em outra vertente, encontra-se os limites legais que estão relacionados ao excesso de judicialização, questões referentes ao uso da força e risco de excessos além de fatores que envolvem a responsabilidade funcional (SILVA; FERREIRA, 2024).

Ainda de acordo com Silva e Ferreira (2024), um dos principais impactos sofridos nas ações policiais se baseia nas limitações referentes ao tirocínio policial. Este importante elemento dentro da atuação policial, por vezes é vedado pelo Poder Judiciário, o que resulta em uma percepção de desvalorização do trabalho realizado pelo policial. O estudo realizado pelos autores ressalta que dentro dos obstáculos que limitam a atuação policial, os fatores jurídicos podem resultar em riscos para a atividade policial. Desta forma, as limitações impostas podem gerar um impacto negativo tanto na eficácia das ações quanto na moral dos profissionais em determinadas situações.

Para Brene e Sannini (2023), existem entraves estruturais que condiciona a ação das polícias no contexto brasileiro. Além da falta de estrutura, ainda é preciso lidar com as questões legais que envolvem a eficácia assim como a legitimidade das ações policiais. É possível identificar nos obstáculos estruturais a precariedade que limita o trabalho em virtude da ausência de materiais e profissionais que possam suprir as demandas institucionais.

Além disso, existe uma obsolescência tecnológica que coloca em risco a efetividade das operações policiais. Os mesmos autores ressaltam a existência de uma fragmentação institucional que contribui para o processo de desarticulação das forças policiais. Isto acaba por prejudicar as ações que demandam uma integração entre as polícias e conseqüentemente, dificulta o processo de planejamento e execução de políticas públicas que podem contribuir

para a ordem social. Este processo de integração é indispensável para que se possa alcançar uma maior eficácia dentro das ações policiais (BRENE; SANNINI, 2023).

Nascimento e Silva (2025), por sua vez, apontam que existem legislações desatualizadas que não estão de acordo com as novas demandas sociais assim como a evolução da dinâmica da criminalidade. Os autores apontam que embora a Lei nº 14.751 de 12 de dezembro de 2023, denominada de Lei Orgânica das Polícias, tenha apresentado alguns avanços, o Código de Processo Penal ainda requer uma profunda atualização de maneira que as lacunas interpretativas possam ser superadas. A finalidade está em proporcionar a oportunidade para que as polícias possam exercer sua prática de maneira uniforme e segura.

Um aspecto essencial diz respeito às frequentes críticas que colocam em evidência o trabalho realizado por profissionais da polícia militar e civil mediante estudiosos que analisam o sistema policial brasileiro. A finalidade destas críticas é a consolidação de um modelo de segurança pública pautado na polícia cidadã que reestruture as práticas repressivas que são adotadas nos dias atuais. Este processo de reestruturação chama a atenção para os riscos referentes à eficácia e legitimidade dos sistemas de segurança pública (BRENE; SANNINI, 2024).

Outro importante aspecto referente às limitações legais que ainda não se fazem presente, mas podem ser legitimadas, envolve propostas de emendas constitucionais que visam a busca pela centralização das forças de segurança pública na União. Com isso, as particularidades de cada estado não seriam priorizadas dentro de um sistema único que determina o trabalho policial através de dados nacionais e não regionais ou estaduais. As críticas a este modelo buscam ressaltar a necessidade de que os espectros ideológicos possam ser deixados de lado e o processo de militarização das polícias seja permanente (SOUZA, 2020).

Percebe-se que há um intenso debate sobre as limitações existentes para a atuação das forças de segurança pública seja em nível estrutural seja no âmbito legal. Logo, fica evidente que são diferentes desafios aos quais a segurança pública precisa superar para que o trabalho operacional possa ser colocado em prática. De maneira geral, é possível perceber que tanto as questões estruturais quanto legais acabam por comprometer a resposta das corporações às demandas sociais.

2.2 ESTRATÉGIAS DE POLICIAMENTO MEDIANTE OS PRECEITOS LEGAIS

Com a evolução da sociedade e a modernização das formas de comunicação e interação, as estratégias de segurança pública também passaram por um processo de transição. Os modelos reativos pautados em uma repressão imediata por parte dos profissionais em abordagens integradas e em um maior nível de complexidade deram lugar à um trabalho com foco na prevenção da prática criminosa. A finalidade desta mudança está na importância de se promover nos dias atuais, um trabalho em que seja consagrada a gestão baseada em resultados.

Novas modalidades de policiamento passaram a ser implementadas e em muitas delas foi possível observar o êxito nas ações. Este processo é resultado de estudos e planejamentos que levaram em conta as peculiaridades de cada região assim como os recursos disponibilizados em cada um dos estados. Uma das principais estratégias adotadas dentro dos preceitos legais na atualidade consiste no policiamento ostensivo onde o policial militar mostra seu trabalho através da presença constante nas ruas (COSTA, 2019).

Costa (2019) ressalta que o modelo em que se baseia essencialmente na abordagem vem sendo superado embora este recurso seja de suma importância no contexto simbólico e funcional. A necessidade de políticas públicas mais amplas passou a abranger novas estratégias. Já no que se refere ao policiamento comunitário, este se dá de forma organizada e orientada onde o agente de segurança se aproxima da comunidade. Através deste recurso é possível obter a criação de vínculos e a confiança necessária para que as atividades sejam realizadas de forma efetiva mediante a constatação das questões éticas e os direitos fundamentais do cidadão.

Através da cooperação e corresponsabilidade no combate ao crime é possível construir um diálogo eficaz que priorize uma cultura de paz principalmente em territórios em que a vulnerabilidade se faz presente. A aplicação deste modelo é um importante meio para que os preceitos legais possam ser considerados e a atuação policial ocorra em conformidade com o que se espera de uma segurança pública eficaz. Outro importante aspecto diz respeito ao uso da inteligência que permite a coleta e interpretação de dados que contribuem para que decisões estratégicas possam ser tomadas e o trabalho policial ocorra da maneira mais assertiva possível (ROMÃO, 2018).

Ainda para Romão (2018), o mapeamento de áreas de conflito assim como uma atuação focada na criminalidade permite que os desafios e limites dentro da atuação policial possam ser superadas. Além disso, um importante avanço consiste nas estratégias em que há a integração entre os diferentes órgãos de segurança pública em situações onde é possível

encontrar a presença de crimes categorizados como complexos. Através destas medidas é possível alcançar uma maior coesão e eficácia das ações policiais visto que a articulação é essencial para o aprimoramento das estratégias empregadas. Desta forma, percebe-se que o processo de construção de uma segurança pública efetiva está correlacionado à políticas eficazes e estratégias específicas que possam gerar resultados significativos nos dias atuais. Com isso, fica evidente ainda a importância da implementação de recursos estruturais que contribuirão para uma atuação mais incisiva, assertiva e que leve em consideração os direitos fundamentais do cidadão.

3 METODOLOGIA

Foi realizada neste trabalho uma pesquisa bibliográfica que é classificada como: “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade” (LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 43). A pesquisa em questão busca identificar a relação entre a eficácia das ações de segurança pública na prevenção e repressão da criminalidade e os limites legais que permeiam as condutas dos agentes. Para tanto foi realizada a busca em publicações voltadas ao tema e decorrentes de artigos científicos, livros e leis vigentes no Brasil.

Foi ainda realizada uma pesquisa de campo voltada à aplicação de um questionário a policiais militares do Estado de Goiás. A coleta de dados foi realizada através do uso de perguntas fechadas disponibilizadas aos profissionais por e-mail. A escolha da amostra se deu de maneira aleatória e os critérios de inclusão consiste em policiais da ativa, atuantes no Estado de Goiás e que desempenham atividades de patrulhamento. Os critérios de exclusão se voltam à policiais inativos, de licença e da área administrativa.

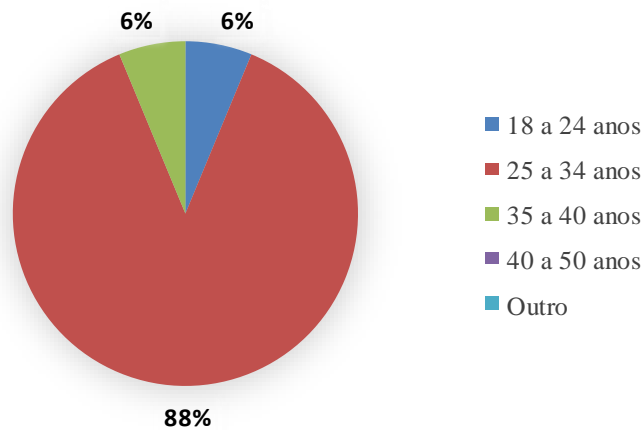
Através dos resultados obtidos e disponibilizados pelos profissionais ao responderam os questionário, foi realizada uma análise de perspectiva quantitativa com uso de estatística descritiva. Busca-se por meio desta metodologia, identificar na prática como se dá atuação policial no âmbito da prevenção e repressão à criminalidade e como os profissionais avaliam os limites existentes no ordenamento jurídico atual. A escolha desta metodologia se fundamenta pela importância de se compreender na prática o trabalho policial e as condutas referentes à prevenção e repressão à criminalidade. Com isso, é possível também identificar os principais limites identificados pelos profissionais dentro do trabalho policial. Esta metodologia é essencial para alcançar o objetivo proposto pela pesquisa em questão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.2 DADOS DEMOGRÁFICOS

Diante do estudo de caso realizado, a pesquisa em questão é composta por uma amostra de 32 policiais militares da ativa no Estado de Goiás. Após a tabulação do dados obtidos, foi possível obter as seguintes informações:

Gráfico 01 – Qual a sua faixa etária?

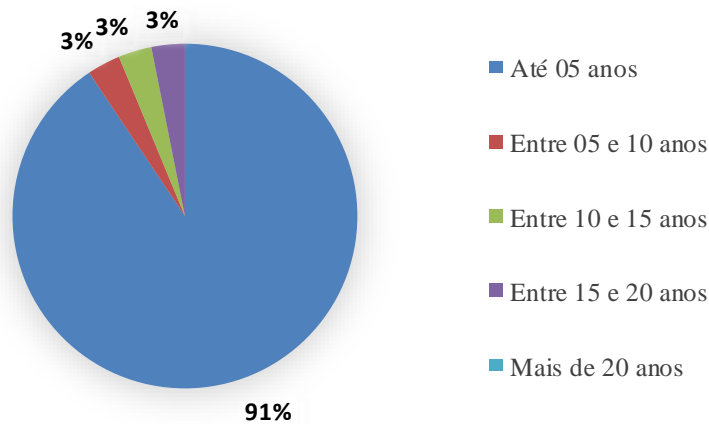


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O gráfico 01 visa apresentar a faixa etária dos pesquisados, dentre os resultados obtidos percebe-se que o maior percentual (88%) possui entre 25 a 34 anos. Em uma menor quantidade encontram-se os policiais militares com idades entre 18 a 24 anos (6%) e 35 a 40 anos (6%). Percebe-se que dentre a população pesquisada, um percentual significativo possui uma faixa etária relativamente considerada média.

Já os policiais pesquisados com idade inferior à 24 anos encontram-se no mesmo percentual daqueles com idade superior à 35 e inferior à 40 anos. De maneira geral, são informações que visam identificar a relação entre a percepção da maioria dos pesquisados e sua idade.

Gráfico 02 – Há Quanto tempo atua na Polícia Militar do estado de Goiás?



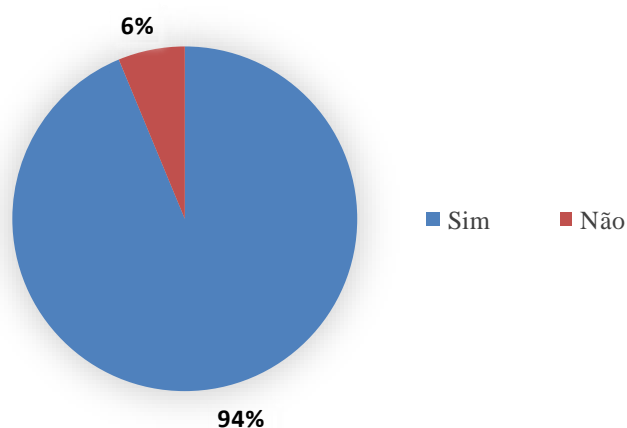
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O gráfico 02 aponta o tempo de trabalho dos policiais militares na corporação onde 91% possui menos de 05 anos de tempo de atuação enquanto 3% possuem entre 05 a 10 anos, entre 10 a 15 anos e entre 15 e 20 anos. Fica evidente que um menor tempo de serviço coincide com a faixa etária com maior índice de pesquisados que está entre 25 a 34 anos. Percebe-se que se trata de uma população mais jovem e com menor tempo de serviço prestado na Polícia Militar do estado de Goiás. É importante considerar a relevância deste dado quando a faixa etária é associada ao tempo limite de ingresso na corporação que é de até 30 anos de idade.

4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS E LIMITES ESTRUTURAIS

Os gráficos apresentados a seguir visam demonstrar a percepção dos pesquisados acerca das políticas de segurança pública praticadas e os limites legais para a atuação policial.

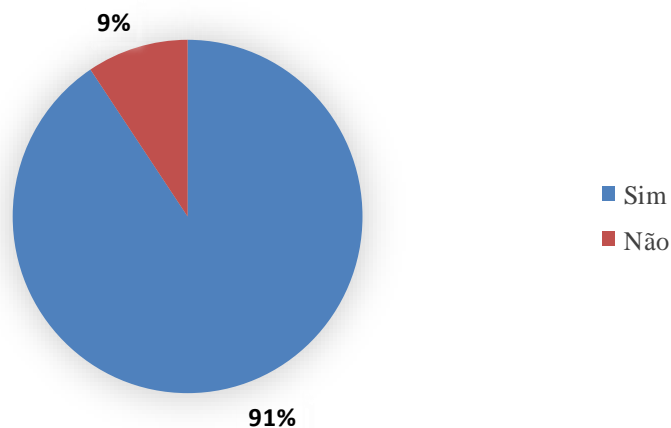
Gráfico 03 – Na sua opinião, as políticas de segurança pública adotadas na atualidade podem ser consideradas eficazes na prevenção e repressão da criminalidade?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O gráfico 03 ressalta que 94% dos policiais militares pesquisados consideram que as políticas de segurança pública adotadas na atualidade podem ser consideradas eficazes na prevenção e repressão da criminalidade enquanto 6% consideram que não. Apesar dos resultados encontrados, Silvaes (2019) ressalta que os índices de criminalidade ainda podem ser considerados altos nos dias atuais. Logo, é fundamental que se possa realizar uma análise mais direcionada à realidade de cada região ou Estado a fim de identificar de quais aspectos levaram os profissionais pesquisados à esta percepção.

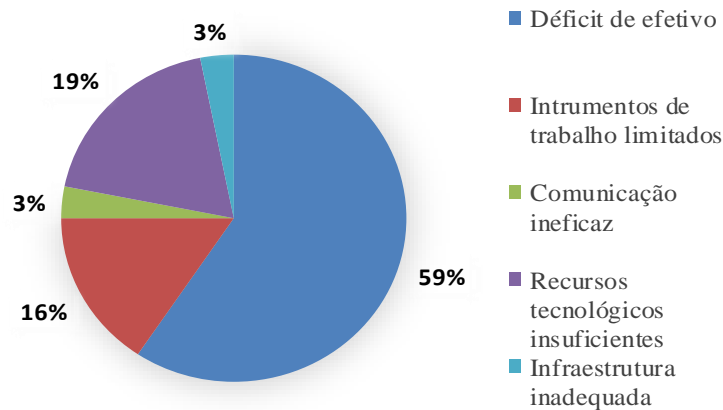
Gráfico 04 – Em sua opinião existem limites legais e estruturais que impedem o aprimoramento do trabalho da Polícia Militar junto ao Estado de Goiás?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O gráfico 04 ressalta a percepção dos profissionais pesquisados sobre a existência de limites legais e estruturais que impedem o aprimoramento do trabalho da Polícia Militar do Estado de Goiás. Do total, 91% considera a existência destes limites enquanto 9% aponta que os mesmos não existem. Tais informações corroboram com Brene e Sannini (2023) que destacaram os entraves estruturais que condiciona a ação das polícias no contexto brasileiro. Esta informação corrobora com os dados obtidos tendo em vista que a maioria dos pesquisados reconhece a existência destas limitações.

Gráfico 05 –Dentre os limites estruturais existentes, qual influencia de maneira negativa na efetividade do trabalho policial militar nos dias atuais?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

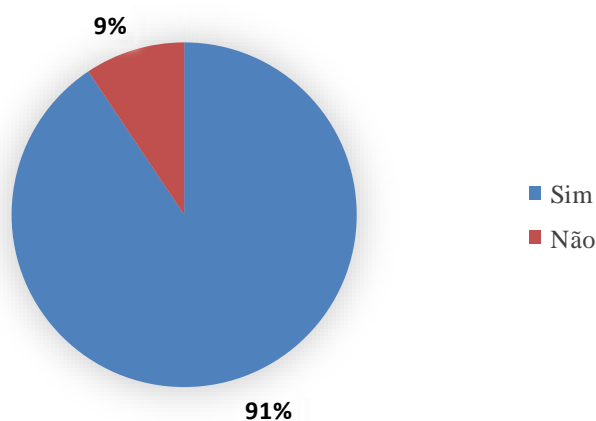
O gráfico 05 ressalta os limites que mais influenciam negativamente no trabalho policial militar. Dentre os apontados, 59% ressaltam a falta de efetivo enquanto 19% afirmam que os recursos tecnológicos são insuficientes. Para 16%, os instrumentos de trabalho são limitados e 3% indicam a existência de uma comunicação ineficaz assim como 3% também ressalta uma infraestrutura inadequada.

As informações corroboram com Silva e Ferreira (2024) acerca da insuficiência de efetivo para atender as demandas entre outras questões que impedem que o trabalho policial possa ser realizado efetivamente. É importante ressaltar que embora um percentual significativo considere a falta de efetivo um importante limite para a atuação policial, este não pode ser considerado o único.

4.3 RECURSOS TECNOLÓGICOS E A INTELIGÊNCIA

Acerca dos recursos tecnológicos e o uso da inteligência pela Polícia Militar do Estado de Goiás, foi possível identificar a seguinte percepção dos pesquisados:

Gráfico 06 – Em sua opinião a limitação no acesso e uso de recursos tecnológicos pode colocar em risco a eficácia

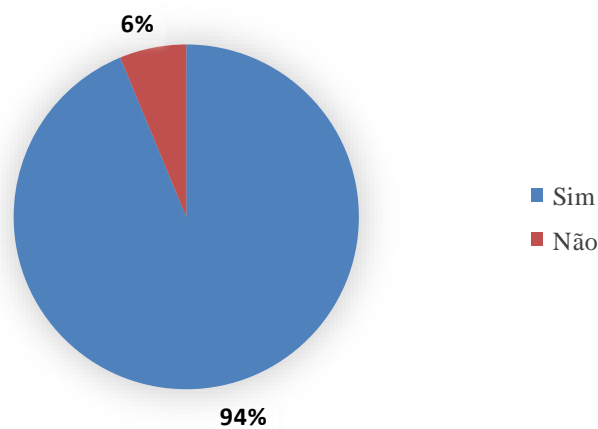


da atuação da Polícia Militar?

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Sobre os recursos tecnológicos, 91% aponta que a limitação no acesso a estes instrumentos pode colocar em risco a eficácia da atuação da Polícia Militar. Para 9% esta limitação não influencia no trabalho policial militar. Conforme é possível perceber, o reconhecimento da importância do acesso dos profissionais aos recursos tecnológicos é evidente. Estes dados corroboram com Brene e Sannini (2023) que apontaram a obsolescência tecnológica como um dos fatores que podem contribuir para a falta de efetividade no trabalho policial. Em um mundo cada vez mais moderno, o uso de recursos tecnológicos é indispensável nas mais diferentes áreas. Na segurança pública, este processo não é diferente. Logo reconhecer a necessidade de adequação no acesso à instrumentos tecnológicos pela polícia militar é fundamental pra transformar esta realidade no âmbito da segurança pública.

Gráfico 07 – De acordo com sua opinião, o uso da inteligência que permite a coleta e interpretação de dados pode contribuir para que decisões estratégicas possam ser tomadas de maneira eficaz e assertiva no trabalho policial?



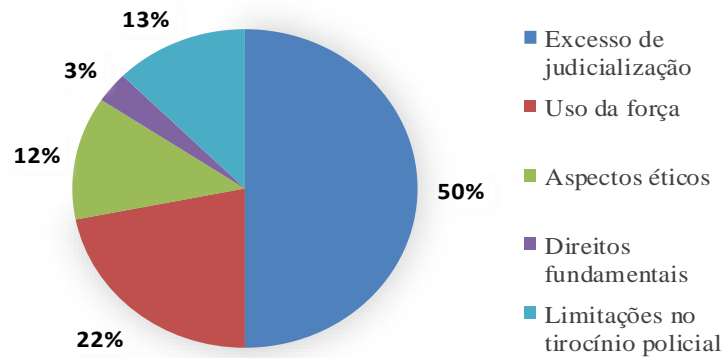
Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O gráfico 07 ressalta a percepção dos pesquisados sobre o uso da inteligência. Os resultados demonstram que 94% dos pesquisados consideram este recurso essencial para que o trabalho policial possa ser realizado com maior assertividade e eficácia. Somente 6% discordam desta percepção. Estes dados vão de encontro com Romão (2018) que identifica na inteligência um recurso essencial para a criação de estratégias no âmbito das políticas de segurança pública. Logo, os profissionais reconhecem a importância que a inteligência possui neste cenário.

4.4 LIMITES LEGAIS PARA A ATUAÇÃO POLICIAL MILITAR

Os gráficos que serão apresentados a seguir visam demonstrar a percepção dos policiais militares acerca dos limites legais existentes, logo:

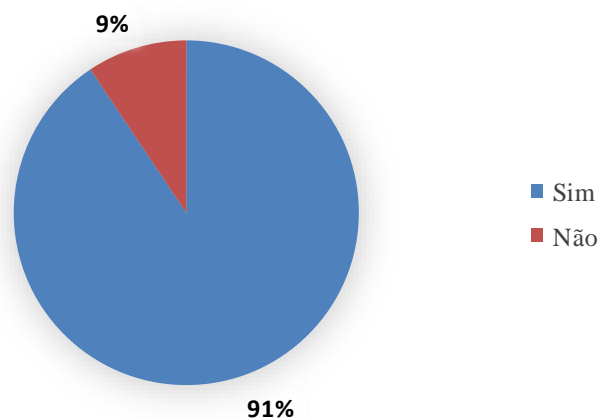
Gráfico 08 – No que se refere aos limites legais para a atuação do profissional, qual influencia de maneira negativa na eficácia das ações policiais?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Sobre os limites legais, o gráfico 08 demonstra que a metade (50%) identifica o excesso de judicialização como um fator negativo para o trabalho policial. Para 22% trata-se de limitações no uso da força enquanto 13% apontam obstáculos referentes ao uso do tirocínio. Do total, 12% apontam os aspectos éticos e 3% fatores relacionados aos direitos fundamentais. De acordo com Silva e Ferreira (2024), os limites legais, por vez, promovem uma percepção de desvalorização do trabalho policial principalmente no que se refere ao uso do tirocínio e o excesso de judicialização. Logo, é essencial que se possa trabalhar no âmbito do aprimoramento do trabalho do policial através do reconhecimento dos limites legais existentes e demonstrados no gráfico 08.

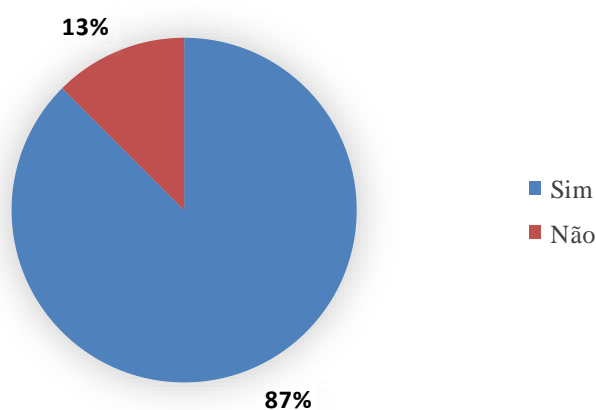
Gráfico 09 – O sr(a) acredita que as limitações legais existentes para o trabalho policial podem colocar em risco a segurança do profissional?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Sobre a segurança do policial, o gráfico 09 demonstra que para 91% os limites legais podem resultar riscos enquanto 9% aponta que não reconhece esta influência. Estes dados corroboram com Silva e Ferreira (2024) que identificaram tais riscos em virtude das limitações legais relacionada à atividade policial. Ao compreender esta dinâmica, os policiais militares pesquisados contribuem para uma nova percepção acerca da importância de se destinar recursos para a sua própria segurança.

Gráfico 10 – Na sua opinião, a falta de integração entre as polícias e a fragmentação das diferentes instituições existentes compromete o planejamento e execução das políticas de segurança pública?

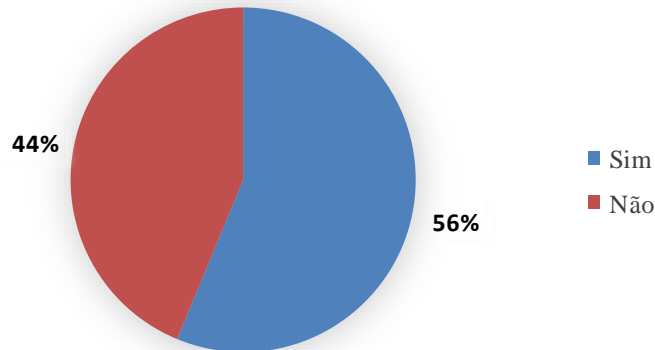


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

O gráfico 10 ressalta o processo de fragmentação e falta de integração entre as polícias e seu impacto nas políticas de segurança pública. Do total, 87% considera o impacto negativo deste processo enquanto 13% não reconhece este impacto no planejamento e execução das políticas de segurança pública.

Brene e Sannini, (2023) ressaltam a desarticulação das instituições de segurança pública como um fator que limita a eficácia das políticas implementadas. Os dados obtidos vão de encontro à percepção dos autores sobre a fragmentação das instituições de segurança pública.

Gráfico 11 – O sr(a) considera que a reestruturação das forças policiais que contribui para uma maior proximidade com a população através do policiamento comunitário pode comprometer a eficácia e legitimidade do trabalho policial?

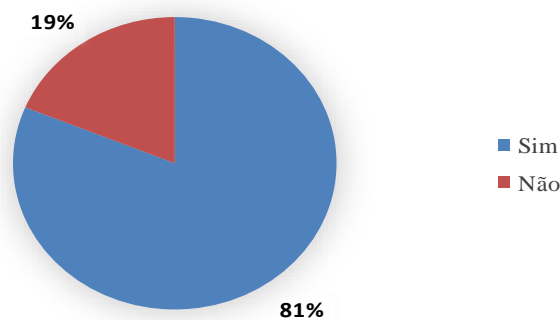


Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Acerca do policiamento comunitário, o gráfico demonstra que 56% aponta que esta filosofia pode comprometer a legitimidade do trabalho policial enquanto 44% ressaltam que não. De acordo com Costa (2019), o policiamento comunitário favorece a criação de vínculo com a comunidade e promover uma maior efetividade no trabalho policial.

Fica evidente que ao promover uma maior efetividade, esta filosofia não impacta diretamente na legitimidade do trabalho policial. Desta forma, é importante construir uma nova perspectiva que possa superar os dados apresentados e que favoreçam o reconhecimento da filosofia de policiamento comunitário assim como as suas contribuições para as ações policiais.

Gráfico 12 – Atualmente existem projetos de leis que buscam a centralização da gestão das polícias militares na União. O sr(a) acredita que este processo pode ser prejudicial para a sociedade devido às particularidades da segurança pública de cada Estado ou região?



Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Com base no processo de centralização da gestão das polícias militares na União, 81% consideram que este projeto de lei pode ser prejudicial para a sociedade diante das particularidades existentes no país. Para 19% tal proposta não irá influenciar negativamente na segurança pública. Souza (2020) ressalta que este processo de centralização resulta na criação e avaliação de dados que levam em conta o cenário nacional e portanto dificulta a implementação de políticas mais direcionadas às particularidades de cada local. Logo, embora um percentual significativo considere o impacto da centralização das ações no trabalho policial, um número reduzido reconhece que a regionalização das áreas não é suficiente para que se possa impactar nas ações policiais.

5 CONCLUSÃO

Diante da pesquisa realizada, foi possível perceber que embora as políticas de segurança pública nos dias atuais busquem a implementação de recursos efetivos para o combate e repressão à criminalidade, ainda é possível encontrar fatores que limitam a atuação das forças de segurança pública. Dentre estes fatores existem limites legais e estruturais que contribuem para que a atuação das polícias não alcance o seu potencial máximo.

Os resultados demonstraram a importância dos recursos tecnológicos para o aprimoramento das ações assim como o uso eficaz da inteligência como estratégia de prevenção e repressão à criminalidade. É essencial considerar que o excesso de judicialização é o principal elemento apontado como fator que influencia diretamente na atuação dos policiais militares.

Diante disso, é essencial ressaltar que existem na atualidade dispositivos voltados ao aprimoramento das ações policiais onde se pode alcançar estratégias aprimoradas e direcionadas à um trabalho policial cada vez mais eficaz e assertivo. Dentre as estratégias mencionadas é possível ressaltar a filosofia de policiamento comunitário que é imprescindível para a obtenção de um trabalho centrado nas demandas da população.

De maneira geral, a realização da pesquisa contribuiu diretamente para que fosse possível identificar o impacto dos limites legais e estruturais no trabalho policial além dos principais fatores que influenciam neste processo. Sugere-se que sejam realizadas pesquisas voltadas à identificação do impacto real que o excesso de judicialização exerce nesta perspectiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 de jun. 2025.

BRENE, Cleyson; SANNINI, Francisco. **Por que as Polícias Fracassam?** São Paulo: Editora Mizuno. 2023.

COSTA, Arthur Trindade M. **Segurança pública, redes e governança**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2023.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Edierkson Silva do; SILVA, Enock Oliveira da. **A atuação das forças de segurança pública no combate ao crime no Estado de Rondônia: desafios operacionais e legais**. Revista DELOS, Curitiba, v.18, n.67, p. 01-28, 2025.

PORDEUS, Marcel Pereira. SANTOS, Marcelo Davi. FERNANDES, Pedro Rafael Lopes. **A violência e criminalidade em seus múltiplos cenários contemporâneos: regional, nacional e internacional**. RHM – Vol 23 nº 01 – Jan/Jun 2023.

ROMÃO, Luís Fernando de França. **A segurança pública na Constituição de 1988: direito fundamental, dever do Estado e responsabilidade de todos**. Dissertação – Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

SILVARES, Alexsandro Camargo. **Políticas públicas em segurança no Brasil: avanços e novos desafios**. Revista Científica Doctum: Direito. Caratinga. v. 1, n. 3, 2019.

SILVA, Ulisses Leonardo Godinho Severiano; FERREIRA, Jayderson Adriano de Sousa. **Impacto das Decisões Judiciais na Atuação e Valorização do Policial Militar em Goiânia: um Estudo sobre a Efetividade do Tirocínio Policial**. REBESP, Goiânia, v.17 , n. 2, 2024.

SOUZA, Adilson Paes de. **O policial que mata: um estudo sobre a letalidade praticada por policiais militares do Estado de São Paulo**. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47131/tde-21082020-144036/pt-br.php>. Acesso em: 15 de jun. 2025.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO

1-Qual sua faixa etária?

- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 40 anos
- 40 a 50 anos
- Outro

2-Há Quanto tempo atua na Polícia Militar do estado de Goiás?

- Até 5 anos
- Entre 5 e 10 anos
- Entre 10 e 15 anos
- Entre 15 e 20 anos
- Mais de 20 anos

3-Na sua opinião, as políticas de segurança pública adotadas na atualidade podem ser consideradas eficazes na prevenção e repressão da criminalidade?

- Sim
- Não

4- Em sua opinião existem limites legais e estruturais que impedem o aprimoramento do trabalho da Polícia Militar junto ao Estado de Goiás?

- Sim
- Não

5-Dentre os limites estruturais existentes, qual influencia de maneira negativa na efetividade do trabalho policial militar nos dias atuais?

- Déficit de efetivo
- Instrumentos de trabalho limitados
- Comunicação ineficaz

Recursos tecnológicos insuficientes

Infraestrutura inadequada

6- Em sua opinião a limitação no acesso e uso de recursos tecnológicos pode colocar em risco a eficácia da atuação da Polícia Militar?

Sim

Não

7- De acordo com sua opinião, o uso da inteligência que permite a coleta e interpretação de dados pode contribuir para que decisões estratégicas possam ser tomadas de maneira eficaz e assertiva no trabalho policial?

Sim

Não

8- No que se refere aos limites legais para a atuação do profissional, qual influencia de maneira negativa na eficácia das ações policiais?

Excesso de judicialização

Questões relacionadas ao uso da força

Aspectos éticos referentes à responsabilidade profissional

Aspectos legais decorrentes dos direitos fundamentais

Limitações no uso do tirocínio policial

9- O sr(a) acredita que as limitações legais existentes para o trabalho policial pode colocar em risco a segurança do profissional?

Sim

Não

10- Na sua opinião, a falta de integração entre as polícias e a fragmentação das diferentes instituições existentes compromete o planejamento e execução das políticas de segurança pública?

Sim

Não

11- O sr(a) considera que a reestruturação das forças policiais que contribui para uma maior proximidade com a população através do policiamento comunitário podem comprometer a eficácia e legitimidade do trabalho policial

Sim

Não

12- Atualmente existem projetos de leis que buscam a centralização da gestão das polícias militares na União. O sr(a) acredita que este processo pode ser prejudicial para a sociedade devido às particularidades da segurança pública de cada Estado ou região?

Sim

Não